



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA-MG): governo, políticas públicas e os desafios para a agroecologia

*Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário of Minas Gerais (SEDA-MG):
government, public policies and the challenges to the agroecology*

COSTA, Marcela Menezes¹; MOREIRA, Pedro de Freitas²; FREITAS, Viète Passos³;

¹ Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) *campus* Ribeirão das Neves, menezesmarcela21@gmail.com; ² Organização Cooperativa e Agroecologia da Zona da Mara (OCA), pedromoreira601@gmail.com; ³ Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), vietepassos@gmail.com

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Durante o período de 2015 a 2018 o estado de Minas Gerais foi governado por Fernando Pimentel (PT). Foi criada neste período a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA-MG), que se propôs a adotar de forma transversal a agroecologia como princípio e objetivo das políticas públicas. A agroecologia provocou inovações no setor público, assim como disputas políticas, metodológicas, conceituais e financeiro-orçamentárias com o modelo vigente de desenvolvimento para o Estado. Essas disputas estiveram no campo da convivência e não da ruptura, mas apresentaram conquistas que demonstram o potencial da agroecologia em democratizar o Estado e a própria sociedade. Em um contexto de desconstrução do Estado e das políticas públicas de maneira geral, fortalecer a luta agroecológica e a luta por políticas públicas para a agroecologia, mais especificamente, se faz de muita importância.

Palavras-Chave: agroecologia; políticas públicas; governo; desenvolvimento agrário;

Keywords: agroecology; public policies; government; Rural Development.

Contexto

Em 2015 iniciou-se, em Minas Gerais, a gestão de Fernando Pimentel (PT) que se apresentou a partir de princípios democráticos-populares, tendo sido apoiada por movimentos sociais, do campo e da cidade, e centrais sindicais. Movimentos sociais do campo, em sua diversidade, se organizaram de forma a apresentar demandas ao governo para o desenvolvimento agrário: reforma agrária, agroecologia, sucessão rural, recuperação ambiental, soberania alimentar, igualdade de gênero, entre outras bandeiras históricas reprimidas no estado e no Brasil. Uma pauta concreta apresentada e acolhida foi a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA-MG). É justamente a experiência da SEDA-MG que será descrita neste relato de experiência técnica, buscando compreender as potencialidades e os desafios entre governo, políticas públicas e a implementação de experiências agroecológicas.

Quanto ao contexto nacional, a criação da SEDA-MG se dá em um momento de amplo debate da agroecologia na esfera das políticas públicas, principalmente a partir dos avanços consolidados pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e



pelo Programa de Aquisição de Alimentos. Havia uma significativa mobilização das bases sociais que defendia a importância do lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos e uma apreensão com o cenário complexo das três principais pastas governamentais envolvidas com a pauta: nomeação da Kátia Abreu (ícone do agronegócio) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Helder Barbalho (PMDB-PA) para o Ministério da Pesca e Aquicultura e Patrus Ananias (PT-MG) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nos anos subsequentes à sua criação, tendo ainda como referência a conjuntura nacional, a SEDA-MG é atingida pelas derivações do golpe que a gestão Dilma Rousseff sofreu no governo federal, tendo repasses de verbas comprometidos e a ruptura da relação política institucional.

Partindo da ótica de análise proposta por esse relato, faz-se pertinente ressaltar o esforço do governo mineiro em balizar uma compreensão do conceito de agroecologia, a saber: “campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais” (Lei nº 21.146, de 14/01/2014).

Descrição da Experiência

A experiência diz respeito ao funcionamento da SEDA-MG, no período de 2015-2018, e a sua relação com a promoção da agroecologia, a partir da perspectiva dos ex-servidores da pasta que assinam este relato. As informações são apresentadas conforme observações e vivências na rotina de trabalho, participação em planejamentos, execuções e monitoramentos de projetos e processos. Também foram considerados documentos produzidos neste contexto.

Em relação à estrutura organizacional, a SEDA-MG priorizou duas grandes pastas, sendo elas o Acesso à Terra (SAT) e a Agricultura Familiar (SAF). A SAT abrigou competências relacionadas ao levantamento de informações geográficas, arrecadação, titulação e destinação de terras. A SAF, por sua vez, se ocupou da estruturação da agricultura familiar (infraestruturas como agroindústrias, barragens, etc.), apoio e fomento à produção sustentável e à comercialização e, ainda, de assuntos relacionados à segurança alimentar e nutricional sustentável.

Além dessas estruturas, os órgãos colegiados se configuraram como instâncias que contribuíram fundamentalmente para definir política e conceitualmente os projetos, assim como para garantir sua execução. Esses espaços contaram com a participação efetiva de representações dos movimentos sociais, de organizações não governamentais do campo e da cidade, de agricultores e agricultoras familiares, de povos e comunidades tradicionais, de instituições de ensino, pesquisa e extensão (especialmente os Núcleos de Estudos em Agroecologia - NEAs) e de instituições públicas diversas. A construção participativa intensa contribuiu tanto para o planejamento das ações da SEDA-MG quanto para a crítica e o apontamento das



limitações dessa estrutura governamental.

Em relação à execução de políticas e projetos, conseguiu-se realizar quatro chamadas públicas ainda no primeiro ano de exercício da secretaria (2015), em que os objetos atendidos tiveram relação com o fomento à produção e agroindústrias familiares; à implantação de sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas; ao manejo sustentável das frutas do cerrado mineiro; e à transferência de tecnologia de melhoramento genético para gado de leite. Para ampliação do diálogo na estrutura pública, foram promovidas discussões e realizados momentos participativos e interinstitucionais em torno da ampliação da ATER agroecológica, da criação de condições para a sucessão rural, do lançamento de editais de apoio aos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs) - experiência exitosa até então fomentada exclusivamente pelo governo federal, da criação de condições legais para a recuperação ambiental por meio de Sistemas Agroflorestais (SAFs), da utilização da agroecologia como ferramenta de ensino, convivência e produção de alimentos nas escolas estaduais, entre outras propostas. Foi criado, ainda, o relevante grupo de trabalho intersetorial para a elaboração do plano de ações para reduzir, de forma gradual e contínua, o uso de agrotóxicos e, ao mesmo tempo, incentivar a produção de alimentos orgânicos e a alimentação saudável, o PLANERA 2018-2022, publicado em 2018.

Durante a gestão, foram várias as experiências e iniciativas importantes inauguradas no âmbito do Estado, com a SEDA-MG, para a agroecologia. Foram reconhecidos mais de 1.100 hectares de terras rurais devolutas como território de quilombolas no Alto Jequitinhonha, ação pioneira do Estado. Foi regulamentada a Política de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), e também impulsionada a atuação da Fundação Palmares no estado na certificação de comunidades quilombolas. No âmbito da comercialização, foi criado e iniciado o Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Termo de Adesão Estadual, o que garantiu investimentos da ordem de R\$ 6,5 milhões na produção de 1500 agricultores rurais de 53 municípios do semiárido mineiro.



Figura 1. Assessoria de Comunicação SEDA-MG. Quatorze comunidades rurais receberam

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



o Certificado de Quilombolas, em ação de parceria da Fundação Palmares, SEDA, Federação dos Quilombolas de Minas Gerais (N'golo) e Coquivalê (Comissão das Comunidades Quilombolas do Médio Jequitinhonha); agosto de 2016.

Ainda, as mulheres do campo conquistaram visibilidade e espaço na agenda governamental, a partir da criação de uma Coordenadoria específica na SEDA-MG e do Grupo Temático de Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, no âmbito do CEDRAF-MG. Com isso, foi realizada a 1ª Feira Estadual das Mulheres do Campo e elaborado um diagnóstico, em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP), da vida das mulheres do campo, resultando inclusive em um livro publicado, visibilizando a centralidade da mulher para a agroecologia e para o desenvolvimento agrário. Foi ampliado o número de agricultores atendidos e agricultoras atendidas no Programa Garantia Safra, passando de 45.223 para 50.526 segurados e seguradas; realizou-se o Circuito Alimentação, que desenvolveu oficinas de mobilização e sensibilização de gestores públicos, entidades da sociedade civil, agricultores familiares e suas organizações (cooperativas e associações) quanto à segurança e soberania alimentar, a agroecologia e o acesso ao mercado institucional e, também, retomado o programa estadual de regularização fundiária rural, com a entrega de 3.200 títulos de propriedade a agricultores e agricultoras familiares.

Os servidores de carreira, principalmente, não tinham ainda conhecimento e acúmulo significativo sobre agroecologia, assim como os sistemas e o *modus operandi* das execuções governamentais não estavam preparados para operacionalizar políticas para a pauta. Por exemplo, embora tenha sido criada uma Diretoria de Apoio à Agroecologia, Produção Orgânica e Agricultura Urbana na SEDA-MG, inicialmente a compreensão era de que o desenvolvimento agrário dizia respeito somente ao ambiente rural e que, portanto, não haveria possibilidade técnica e jurídica para ações voltadas à agricultura urbana. Ainda, foi necessária a realização de debates internos em torno da produção de arte e artesanato como uma possibilidade para o desenvolvimento da agroecologia, porque setores técnicos acreditavam, num primeiro momento, que a agroecologia dizia respeito somente à produção de alimentos.

Essa experiência expôs aspectos que, acredita-se, também sejam comuns a outros setores da administração pública: o Estado é ainda muito lento e fechado às inovações em políticas públicas, e também às possibilidades de ações participativas, realizadas em conjunto com setores da sociedade civil - o que é intrinsecamente necessário às políticas públicas para a agroecologia, quando ela é compreendida como movimento e construção coletiva. Ainda, é sabido que existe uma razão importante de ser para a burocracia; porém, por vezes ela repercute em um engessamento que impede a própria execução de políticas públicas e o atendimento das necessidades da população, a ponto do poder público ser questionado pelos cidadãos, a todo o tempo, quanto à sua legitimidade - o que aconteceu com a SEDA-MG. Para além das disputas conceituais, foi evidente a questão política relacionada à priorização da pauta da agroecologia por parte do governo estadual, ou a falta dela¹.

¹ O planejamento orçamentário demonstra claramente a desigualdade na destinação de recursos para



Ressalta-se que o movimento agroecológico de Minas Gerais, em toda a sua diversidade, manteve um posicionamento ativo durante a gestão de Fernando Pimentel, quanto às exigências feitas às estruturas governamentais, apresentando demandas há muitos anos ignoradas pelo poder público, alcançando alguns avanços e denunciando a lentidão, ou paralisia, quanto a muitas dessas demandas.

Considerações Finais

Algumas questões permanecem: em meio à correlação de forças entre classe sociais antagonistas, onde o agronegócio manteve-se soberano em todos os territórios, as ações mencionadas de fato contribuíram para a agroecologia enquanto projeto da sociedade? Numa conjuntura política de golpe de estado nacional sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff; seguido por um desmonte do Estado, de forma geral, e das estruturas destinadas à promoção do desenvolvimento agrário, especificamente, promovido pela gestão golpista; e já vivenciando, neste momento, o autoritarismo em âmbito nacional apoiado pela atual gestão do estado de Minas Gerais; o quanto foi possível acumular de forças para o enfrentamento ao massacre à soberania alimentar e a autonomia das agricultoras e agricultores que se projeta? São questionamentos que levam a autora e os autores deste relato a adentrar em coletivos de organização popular da agroecologia, sem perder a perspectiva de pautar um Estado comprometido com o enfrentamento às desigualdades sociais, com a soberania alimentar, a autonomia dos povos, a preservação ambiental e os saberes populares.

Referências bibliográficas

Estado apresenta balanço de ações de Desenvolvimento Agrário realizadas desde 2015. Secretaria De Estado De Desenvolvimento Agrário De Minas Gerais. Disponível em: <<http://agrario.mg.gov.br/estado-apresenta-balanco-de-acoes-de-desenvolvimento-agrario-realizadas-desde-2015/>>. Acesso: 25/06/2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br>>. Acesso: 24/06/2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://agrario.mg.gov.br/>>. Acesso: 25/06/2019.

ambas as pastas, chegando o recurso para os programas da SEAPA, sem contar com o orçamento das instituições vinculadas a esta secretaria, ser o dobro dos recursos destinados aos programas da SEDA, na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, revisão 2018 - último ano do governo Pimentel.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.